

ARQUEOLOGIA & História

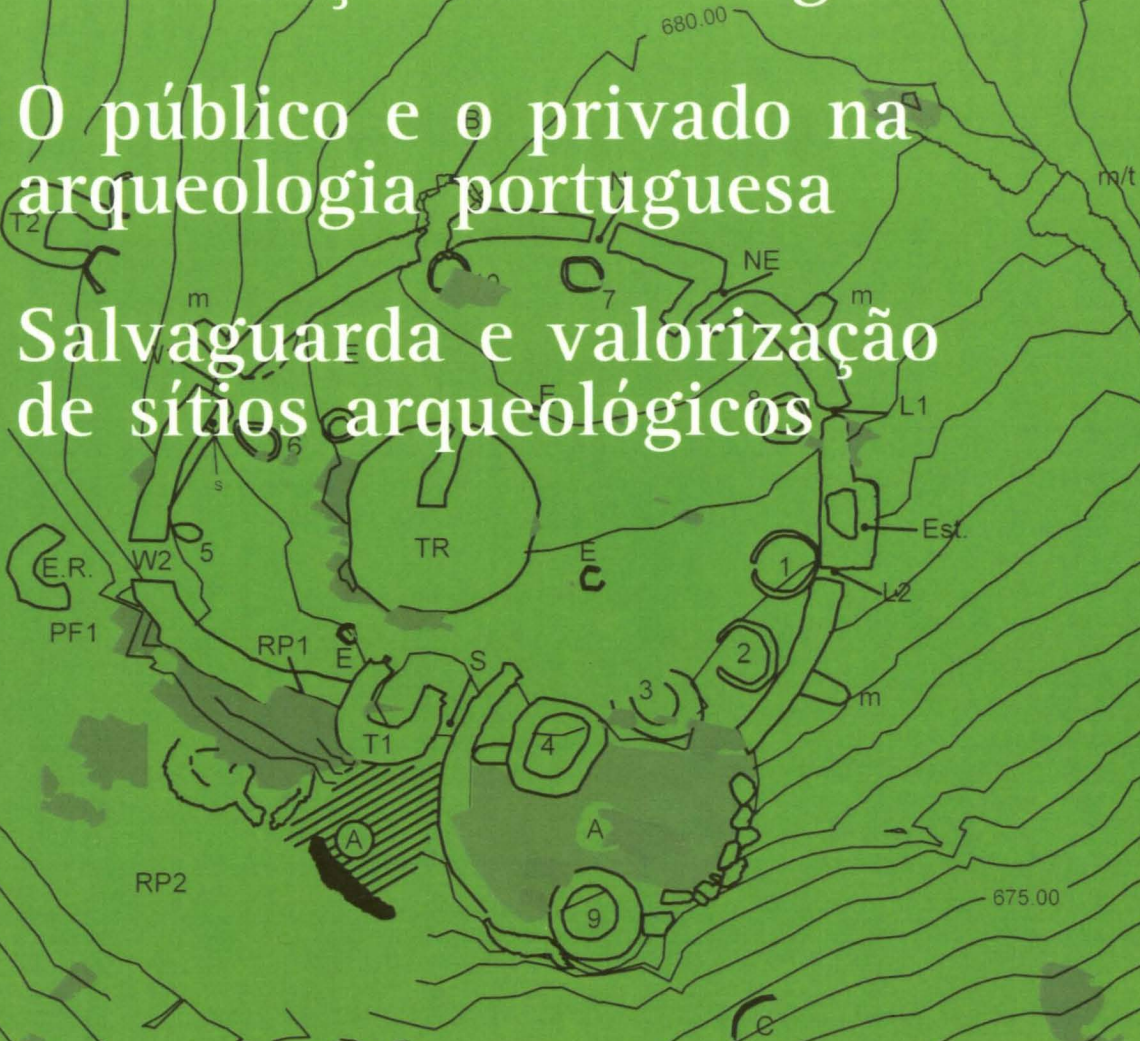


Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº55 | 2003

Neolitização em Portugal

O público e o privado na
arqueologia portuguesa

Salvaguarda e valorização
de sítios arqueológicos



Titulo
Arqueologia e História

Volume
55

Edição
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa
Tel: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Direcção
José Morais Arnaud

Coordenação
Paulo Almeida Fernandes

Projecto gráfico
oficina de design Nuno Vale Cardoso Et Nina Barreiros

Impressão
Publidisa

Tiragem
350 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses
ISSN
972/9451-39-7

Solicita-se permuta
Exchange wanted

Ao artigos publicados nesta revista são da exclusiva
responsabilidade dos respectivos autores

A Arqueologia: que perspectivas profissionais?

Teresa Júdice Gamito

A minha contribuição neste debate será, logicamente, mais sob o ponto de vista do ensino e das saídas profissionais dos nossos alunos universitários, embora todos os problemas sócio-económicos e demográficos do momento actual estejam presentes em todos os aspectos e aproximações que possamos fazer ao problema.

A crise conjuntural que afecta o mundo neste momento atinge, necessariamente, a Arqueologia e todas as outras disciplinas e profissões. Nas Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, reunida no Anfiteatro da Escola de Belas Artes em Lisboa, referi que todos os aspectos que iria abordar diziam respeito a todos os países ocidentais, sendo Portugal também uma vítima dessa mesma conjuntura, e parece que a situação não melhorou, antes pelo contrário piorou. As influências negativas que irei abordar seguidamente não dizem respeito apenas à Arqueologia mas afectam todas as actividades e todas as circunstâncias em que vivemos hoje em dia. Assim, quando nos debruçamos sobre a conjuntura actual, verificamos que a situação da Arqueologia não foge à regra geral que afecta todas as actividades culturais, económicas e sociais e que passamos a referir:

1. A crise demográfica;
 2. A conjuntura económica;
 3. As crises social e cultural;
 4. A adaptação às circunstâncias e exigências actuais;
 5. A necessidade de renovação do ensino universitário, e a falha evidente dos Politécnicos e das Universidades;
 6. O Público e o Privado na Arqueologia Portuguesa.
 7. O aparecimento de empresas privadas
- Iremos analisar, sucintamente todos estes aspectos, a que certamente iremos juntar mais outros, quando passarmos ao debate.

1. A crise demográfica – a crescente preocupação com a diminuição acentuada da natalidade nos países europeus e o envelhecimento das populações, são factos que se têm vindo a agravar cada vez mais e que neste momento se encontram mais agudizados. Nota-

se que este momento é exactamente aquele em que a falta de renovação da população europeia, e portuguesa, vem trazer graves problemas na força de trabalho, no ensino a todos os níveis, na economia de todos países europeus. Este facto veio acarretar com ele o recurso a populações migrantes que vêm suprir essas falhas no mercado de trabalho mas que, neste momento, em nada contribuem para a magra população estudantil das nossas escolas e das nossas universidades. Com a fixação das populações migrantes pode esta situação melhorar um pouco, e já se observa em alguns casos (ensino primário e secundário). Nas universidades essa falta de crescimento ou manutenção da população faz-se já sentir de um modo bastante agudo.

2. A conjuntura económica, em que o sistema vigente apresenta já sinais de ruptura e em que a ideia de lucro fácil era o objectivo imediato, terá também que ser revisto ou abrir-se as outras economias que também elas têm sofrido com a exclusividade do abastecimento de mercados. Tal como se esperava o sistema vigente iria, algum dia, apresentar sinais de ruptura, de abrandamento, senão mesmo de término para algumas economias. Portugal seguindo cegamente as determinações da União Europeia, fechando actividades e produções agrícolas e industriais sem criar alternativas, iria, fatalmente originar a estagnação de uma série de actividades e especializações profissionais. Daí que, como reflexo, muitos cursos universitários estejam a fechar por falta de alunos e de saídas no mercado do trabalho. Os países pequenos, de menores recursos, seriam os primeiros a sofrer as consequências e elas aí estão. Os subsídios não foram convenientemente aplicados e nenhuma economia se pode basear em subsídios e não em actividades produtoras. Daí que seja essencial a revisão de todo o sistema ou encontrar outras formas que irão trazer a solução ou a melhoria para os problemas económicos das sociedades ocidentais em geral e a da portuguesa em particular. A competição entre os vários países da U.E. é crescente e a crise daí originada também. Por outro lado, a crise económica traz necessariamente dificuldades acrescidas aos agregados

familiares que se limitam, na maior parte dos casos a ter apenas um filho.

3. As crises social e cultural, evidente em todos os debates públicos e nos media, está profundamente ligada a todos esses factores que afectam e são recorrentes a todas as sociedades actuais e às quais a sociedade portuguesa não foge também. A crise social torna-se cada vez mais profunda uma vez que se encontra ligada à falta de objectivos e de valores, ao desemprego crescente, à falta de primeiros empregos, factos que não são, de modo nenhum, estimulantes. Sem objectivos, sem finalidades de vida, sem emprego, a crise da juventude dos nossos países é cada vez mais acentuada: Estudar para quê? Esforçar-se para quê? Procurar o quê? Se acrescentarmos o facto de ser a população jovem aquela que mais mortes por desastres de viação apresenta podemos rapidamente avaliar a situação em que nos encontramos.

A crise cultural está intimamente ligada às circunstâncias sociais actuais. Ao aumento demográfico das nossas escolas nos anos 60 e 70, essencialmente devido às reformas dos ensinos primário e secundário e às campanhas de alfabetização, produziram um aumento crescente e temporário do número de alunos nas nossas escolas, a que se seguiu este abrandamento lento, diria mesmo, esta "morte lenta", em que o ensino caiu, a todos os níveis. O real aumento demográfico não se verificou e consequentemente as nossas escolas não se renovaram ou, pelo contrário, foram-se extinguindo, atingindo agora as universidades. A cultura não foi aumentando em termos globais. As crianças que tiveram acesso a níveis escolares mais avançados não foram acompanhadas por uma crescente valorização dos aspectos culturais, como a leitura e a experiência concreta com outras realidades, que não apenas as suas iniciais. O esforço na qualidade do ensino que deveria ter sido feito no acompanhamento desta população escolar, fornecendo-lhe bases sólidas de conhecimento e habilitações para as suas naturais aptidões foram igualmente descuidados e prejudicados por leis e resultados de aproveitamento de facto inexistentes. Por outro lado a televisão e os

media em muito pouco contribuíram para melhorar os níveis culturais do país, pelo contrário, o que produzem nos "horários nobres" são programas fáceis, para a conquista e competição de auditórios igualmente fáceis e ignorantes, com raras excepções. Observamos nas nossas universidades a quase total falta de hábitos de leitura e investigação dos nossos alunos. Nas suas casas, de um modo geral, "não há livros". Há tempos, conversando com um grupo de alunos meus e por ter verificado que ignoravam totalmente histórias tão comuns como a de Robinson Crusoe perguntei-lhes: "Então o que é que vocês lêem?!" a resposta foi elucida-tiva: "Professora, nós não lemos nada!" O que lêem, pelo menos assim o espero, é apenas o indispensável para fazerem esta ou aquela disciplina, e esquecerem rapidamente por já não serem necessários.

4. A adaptação às circunstâncias e exigências actuais são aspectos que convêm dedicarmos alguma atenção. Julgo que, de um modo geral, as várias reformas do ensino secundário realizadas em Portugal são feitas apressadamente, não deixando tempo às transições indispensáveis e têm uma aplicação imediata. Não há assim o tempo necessário de ajustamentos, nem para a verificação indispensável da sua exequibilidade. O que faz realmente falta no ensino secundário português é uma base sólida de conhecimentos e uma especialização adequada às aptidões individuais dos estudantes. O sistema inglês apresenta um estudo e acompanhamento das crianças e das suas aptidões desde, a creche e a escola primária, até ao final da escolaridade obrigatória, sugerindo um perfil das suas capacidades e aptidões profissionais e encaminhamento dos mais dotados e com espírito de investigação para as universidades. Além disso, o sistema de "further education" permite, aos jovens que saiam do secundário, preparar-se, nos Institutos Politécnicos, para exercerem uma profissão que gostem e em que podem ser de facto bons (Newcombe 1977; Júdice Gamito 1978). O sistema português, pelo seu elitismo habitual, não prepara os nossos jovens para o que quer que seja, nem sequer existe a preparação que as antigas escolas comerciais e industriais facultavam .

5. A necessidade de renovação do ensino universitário, a falha evidente dos Politécnicos e das Universidades é um aspecto fundamental. Continuamos ainda a não preparar os nossos licenciados para o que quer que seja. Se se podia pensar que o ensino universitário estaria mais vocacionado para preparar os alunos mais capacitados para a investigação e desenvolvimento científico e o ensino politécnico para preparar os nossos alunos para um conhecimento mais prático e aplicado à vida moderna verifica-se que, afinal, todos desejam ser do ensino universitário, isto é, licenciados, embora podendo não ter capacidades e vocação para tal e preparando-se dificilmente para a vida profissional. O ensino politécnico não é de facto um ensino politécnico, e que tanta falta fazia na preparação dos nossos técnicos, o ensino universitário raramente é de facto um ensino universitário e desenvolver as capacidades de investigação e de curiosidade científica inerentes à sua especificidade. Encontra-se limitado às circunstâncias inerentes ao meio e vocação dos seus alunos, à falta de laboratórios e meios, e equipamentos para prepararem convenientemente os seus alunos. Se juntarmos a estas circunstâncias as limitações do mercado de trabalho, as sucessivas rupturas ou encerramentos das nossas indústrias, ao desprezo pelas línguas, incluindo a Portuguesa, apercebemo-nos das dificuldades com que se debatem os nossos alunos. As especializações, os ramos profissionais, não vieram trazer senão uma solução temporária, rapidamente desactualizada. Cito por exemplo a saída profissional para os alunos de História, o ramo de Arqueologia, que durante algum tempo, e mesmo agora, ainda tiveram saídas profissionais interessantes imediatamente esgotadas. Por isso se constituíram empresas de arqueologia de sucesso mas que agora apresentam já uma saturação no mercado de trabalho. Que fazer então? Não podemos esquecer que Portugal é um país limitado; que a competição com o mercado de trabalho europeu é difícil e problemática; que a competição é cada vez maior e a luta desigual; mas essa é exactamente uma das saídas! Outra será o mercado Africano ou o da América latina, mas mais uma vez, a opção por esses mercados de trabalho especializado só se colocam nas decisões pessoais em última instância, e dependem

ainda da vontade dos governos dos respectivos países e do conhecimento desses mesmos países. Por outro lado, as especializações sobre a realidade desses continentes e países são inexistentes. É de facto difícil, para os nossos estudantes saírem desta situação, mas não impossível! E muito depende deles próprios e das suas decisões. A globalização, de que tanto se fala, também se encontra aqui.

6. O Público e o Privado na Arqueologia Portuguesa - A Arqueologia HOJE atravessa, de facto, momentos difíceis, uma vez que se assiste ao rápido final das grandes obras públicas e privadas que estão já a abrandar. E dos financiamentos previstos que cobriam essas intervenções. As universidades portuguesas mantêm projectos de investigação, cujo financiamento porém, escasseia cada vez mais, e ocupam-se da formação de futuros arqueólogos e de técnicos de património, que se irão dedicar a trabalhos de conservação e preservação de sítios arqueológicos, sua recuperação e valorização. Se Portugal é um país cujo destino se encontra cada vez mais ligado ao Turismo, julgo que uma e outra coisa, isto é, a Arqueologia e o Turismo, terão todo o interesse em caminhar lado a lado. Os projectos são indispensáveis para a investigação e treino dos estudantes, alertando-os e preparando-os para as diversas circunstâncias da sua vida profissional futura, mas é necessária a existência de fundos especiais que o permitam e façam face às necessárias e indispensáveis deslocações e alojamento de equipas de trabalho e de treino dos estudantes. Por outro lado a organização dos *curricula* dos cursos torna difícil esta prática indispensável.

7. O aparecimento de empresas privadas de arqueologia foi a resposta possível perante as múltiplas necessidades de acompanhamento das obras públicas ou/privadas e a projectos de investigação e recuperação que urgiam intervenções imediatas, bem como ao desemprego crescente dos alunos dos cursos de História. A maior parte destas empresas é constituída por técnicos responsáveis e competentes, mas, por vezes, a pressão de rapidamente executarem os trabalhos necessários, e outras, leva-os a descuidarem os estudo dos mate-

riais e os cuidados a ter em conta com a especificidade dos sítios arqueológicos e da sua própria preparação e investigação sobre os problemas que possam surgir na sua actividade diária. Julgo, no entanto, que nesta Mesa Redonda, outros colegas estão mais capacitados para responderem ou colocarem problemas ligados à Arqueologia Privada.

As universidades modernas não estão autorizadas a ter cursos de História como é o caso da Universidade do Algarve que tem apenas uma licenciatura em Património Cultural, igualmente necessária, que tem por finalidade preparar técnicos vocacionados especificamente para os problemas do património e a terem a consciência dos problemas que possam ter que vir a encarar. Por outro lado, os nossos alunos precisam de ter a noção dos técnicos especializados a que terão de recorrer e que virão prestar a sua contribuição para o estudo do caso concreto que têm entre mãos. Cada vez mais, o trabalho a realizar é um trabalho de equipa e os problemas terão também que ser solucionados em equipa.

Bibliografia

- JÚDICE GAMITO, T., 1978, "Portugal na escola", *O Jornal da Educação*, Ano II, nº15, pp.34-35
Newcombe, N., 1977, *Europe at School*, Methuen & Co. Ltd.



Associação
dos Arqueólogos
Portugueses